



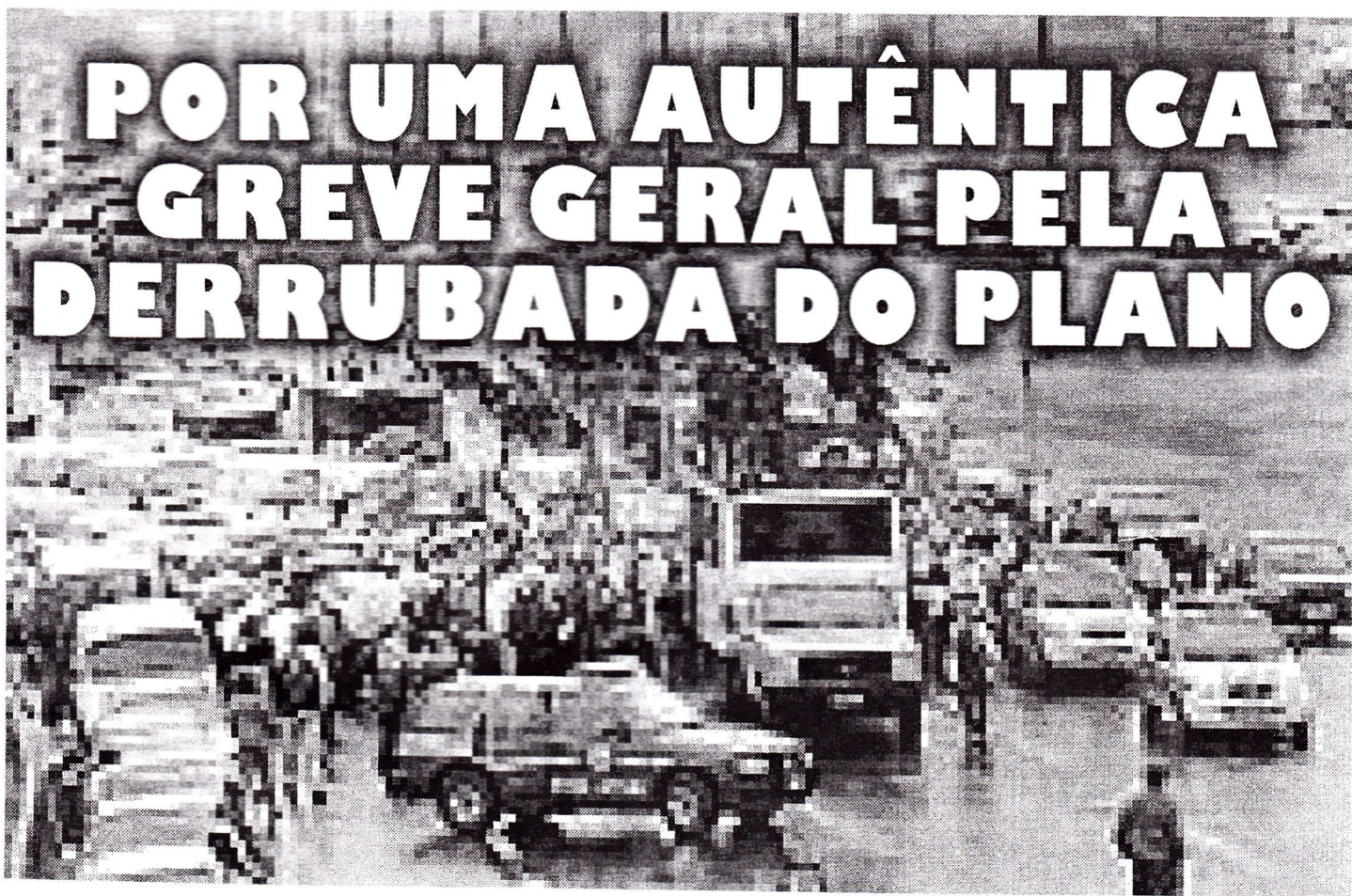
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XI - Nº 182 - 2ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1999 - R\$ 1,00

O dia 10/11 foi sabotado pelas direções. É preciso uma plataforma única nacional de reivindicações que una operários, sem-terra, professores, estudantes, movimentos populares, e outros trabalhadores. É preciso convocar assembleias em todos os setores, formar comandos de luta, assim poderemos derrotar o governo FHC, o FMI e seus planos de fome e miséria.

**POR UMA AUTÊNTICA
GREVE GERAL PELA
DERRUBADA DO PLANO**



Porque não teve força a paralisação nacional de 10 de novembro

A paralisação nacional de 10 de novembro não conseguiu adesão da maior parte da população. As paralisações realizadas foram parciais e por tempo limitado, e as manifestações foram pequenas e dispersas. Em São Paulo, o ato público central da Praça da República não agrupou mais de algumas centenas de militantes. Nem mesmo os dirigentes do chamado Fórum pelo Trabalho e Emprego (PT, CUT, PCdoB, MST) compareceram, apenas Vicentinho esteve presente e falou. A manifestação de maior destaque na cidade foi o bloqueio da entrada da Cidade Universitária (USP) por cerca de 200 pessoas, incluídos alunos (a maioria), funcionários e professores. Que receberam o apoio de secundaristas, na verdade em número duas vezes maior que os universitários, e depois realizaram uma passeata até o Largo de Pinheiros. No ABC, cerca de 150 militantes não foram suficientes para bloquear totalmente a Rodovia Anchieta, que foi liberada após uma hora e meia de manifestações. Os motoristas de ônibus e o metrô pararam apenas por duas horas, das 5h às 7h. No Largo 13, em Santo Amaro, e na Lapa, realizaram-se protestos com a participação de algumas dezenas de pessoas. Em Guarulhos, apenas algumas dezenas de professores e mais alguns militantes fizeram a manifestação. Poucas dezenas de pessoas conseguiram bloquear a ligação com o Aeroporto de Cumbica por 40 minutos. O ato mais radical ocorreu na rodovia Castelo Branco, onde um pedágio foi incendiado por sem-terra que passavam em caravana de ônibus pelo local.

Esse quadro de São Paulo foi a tônica do dia pelo país. O secretário-geral da CUT, João Felício (Apeoesp), disse que cerca de um milhão e meio de pessoas participaram dos protestos. O dia nacional de paralisação concluiu como um dia em que a produção não foi afetada e o número de participantes dos atos de rua foi bem pequeno.

A sabotagem da paralisação

A paralisação nacional foi marcada pelo chamado Fórum por Terra, Traba-



Os estudantes da USP bloquearam a entrada da Cidade Universitária e conseguiram repercussão nacional, apesar da pouca organização (não se preparou a paralisação com assembleias de base)

lho e Cidadania (PT, PCdoB, CUT, MST) por causa da grande pressão que se desenvolvia nas bases dos sindicatos e movimentos, em particular nas assembleias operárias, que chegavam a rejeitar as propostas de acordo aceitas pelas direções e se colocavam uma após outra em favor da mobilização grevista. A direção da paralisação nacional nunca pretendeu que esse movimento desembocasse de fato numa greve geral. O objetivo era utilizar um protesto limitado de um único dia como válvula de escape das pressões dos diversos setores dispostos à luta, e canalizar essas pressões para a via da negociação institucional/parlamentar e para as eleições de 2000 e 2002.

Entre a data da marcação da paralisação nacional e o dia 10, no entanto, o movimento foi sofrendo pressões contraditórias: de um lado, passou a servir de referencial para alguns setores, que começaram a marcar greves e outras manifestações; de outro, foi sendo atacado pela maior parte das direções, que trataram de ir fechando acordos por categoria e até por empresa para impedir a realização da greve.

Foi assim, por exemplo, nos metalúrgicos dirigidos pela Força Sindical (São Paulo, Osasco e Guarulhos). As direções ameaçaram os patrões com uma greve marcada para a véspera do dia 10, justamente para dar tempo de, onde não fos-

se possível convencer os operários a aceitarem os míseros 6% de reajuste (diante de uma inflação anual superior a 16%), então os burocratas tratariam de fazer acordos que encerrassem as greves antes do dia 10. Mais de 600 empresas já tinham fechado acordo às vésperas de 10/11, o que mostra o amplo trabalho de sabotagem dos pelegos da Força Sindical.

Os sindicalistas da CUT também não deixaram de torpedear à sua moda a paralisação. Em São Bernardo, a assembleia da Volkswagen chegou a rejeitar a proposta defendida pela diretoria do sindicato (10,5%, mais antecipação). Mas os burocratas reformistas não se deram por vencidos: saíram à cata de acordos nas outras montadoras e foram assim isolando os operários da Volks, que acabaram, sozinhos, aceitando o acordo, com uma antecipação de horas-extras um pouco maior, mas que certamente aumentará a pressão sobre o desemprego.

Com os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, e mais os do ABC fora da greve, os bancários também não tardaram em bater em retirada. Os motoristas e metroviários se limitaram a organizar uma parada de 2 horas. Os sindicatos operários dirigidos pelas chamadas "esquerdas" também não organizaram a greve.

Por uma plataforma única nacional de luta; pela greve geral por tempo indeterminado

A pretensão das direções reformistas foi basicamente anular as tendências grevistas gerais presentes na situação. A lição de que é necessário um movimento mais forte, por tempo indeterminado, que levante as autênticas reivindicações das massas e se baseie na organização de base é a que devemos defender, em oposição ao derrotismo e eleitoralismo que apregoam as direções do movimento.

O impulso às lutas pelas reais necessidades colocará os movimentos em pé para enfrentar o governo e o imperialismo, contra os quais quase todas as reivindicações se chocam.

Para fazer esse movimento avançar, é preciso unificar essas reivindicações comuns em uma pauta única nacional, que sirva não para conchavar migalhas nos corredores de Brasília ou nos palácios dos governos estaduais, mas sim colocar as massas nas ruas, em especial o movimento operário, para por abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC.

Ora, quem iria entrar em greve, então?

Mesmo as exceções, que prepararam algum tipo de luta para o dia 10, como professores e funcionários da USP, que chegaram a fazer assembléias, esbarraaram no estrangulamento geral, principalmente no setor operário.

Manifestações sem as direções

Criadas as condições para a limitação do protesto, as direções sequer se preocuparam em mostrar as caras nas ruas. O que se viu nos atos públicos e passeatas foram alguns dirigentes sindicais (muitos nem se deram ao trabalho de ir), na maioria liberados do serviço pelos sindicatos, e a militância. O que não se via era justamente a classe operária, o que mostra que ela não foi chamada, não teve em seus organismos de base (assembléias) canais para se expressar e decidir pela mobilização.

A ausência das direções nas manifestações mostra um elevado grau de burocratização e inserção na institucionalidade burguesa, não apenas

dos dirigentes, mas das organizações sindicais e populares. Num quadro de grande descontentamento e desgaste do governo diante das massas, a falta de empenho em organizar um protesto representa uma grande convivência com a aplicação do plano antinacional e antipopular de FHC/FMI.

Não é à toa que o deputado petista Eduardo Jorge ajuda a formular um projeto de previdência com o governo; não é à toa que os governadores petistas se dispõem a atacar os funcionários aposentados com descontos previdenciários; não é à toa que José Genoíno propõe abandonar o "socialismo" até mesmo no palavreado (na prática já abandonou há tempos). É esse o papel que o reformismo tem jogado na atual situação: o de bloqueio das tendências de luta e portanto importante auxiliar na aplicação e manutenção da política ditada pelo capital financeiro internacional.

As correntes de esquerda que obscurecem esse papel do reformismo, alentando ilusões e deixando de denunciá-lo junto às massas, são coniventes com essa traição.

Recuperar os salários e os empregos nas ruas

Os trabalhadores foram iludidos pelo governo FHC com a idéia de que o controle da inflação melhoraria suas vidas. Isso lhes custaria uma política salarial de reajuste anual.

Os patrões sequer fizeram a reposição integral. A maioria aproveitou o refluxo do movimento operário para reajustar os salários muito abaixo da inflação ou então não repor nada.

Com medidas monetaristas e fiscais, com o aumento da especulação financeira e todo tipo de favorecimento ao imperialismo, veio a recessão e o desemprego. Os capitalistas também aproveitaram para fazer "ajustes" nas fábricas. Milhões de postos de trabalho foram destruídos.

Agora, diante da falência do Plano Real, a burguesia volta a estimular a discussão de novas alternativas. Passou-se a falar em "desenvolvimento econômico", para trazer os empregos de volta e "distribuir renda". É mais uma tentativa

de desviar a atenção dos trabalhadores dos verdadeiros problemas e das tarefas postas pela quebra do Plano Real.

Os capitalistas não têm nenhuma saída para a crise econômica, agravada pelas medidas antinacionais e antipopulares de FHC, que não seja de mais ataque à vida das massas.

A burocracia sindical sente que sua conduta de colaboração com o patronato começa a ser questionada pela inquietação dos operários, descontentes com a situação. Por outro lado, vem aí nova disputa eleitoral. Isso explica por que os pelegos começaram a fazer alguns protestos, com "festival de greve", paralisação do dia 10 totalmente despreparada, descentralizada, fragmentada etc.

Essa política da burocracia é parte da tentativa de esconder dos trabalhadores a firme resposta ao desemprego e à miséria.

Contra isso, é necessário ter reivindicações claras e estabelecer coletivamente

as formas de luta.

1. Convocar assembléias em todos os sindicatos e formar os comitês de luta por todo país.

2. Discutir e decidir sobre:
Reajuste geral dos salários de acordo com as perdas impostas pelo governo FHC.

- Recuperação das perdas passadas.
- Estabelecimento de um salário mínimo real de 1800 Reais.
- Escala móvel de reajuste para enfrentar a subida dos preços.
- Escala móvel de emprego para acabar com o desemprego.
- Derrubada da reforma da previdência e de todo plano antinacional e antipopular.
- Fim do governo capitalista e pró-imperialista e por um governo operário e camponês.

Organizar a luta, decretar a greve e ganhar as ruas.

II Congresso petista

Novo episódio da crise no PT do Rio de Janeiro

No Encontro Estadual (24/10) do Rio de Janeiro, o PT dividiu-se entre duas proposições: entregar os cargos ao governo Anthony Garotinho (PDT) ou permanecer. A corrente *Articulação*, majoritária em nível nacional, que tem como dirigentes máximos Lula e José Dirceu, defendiam a permanência. E o bloco constituído pelos agrupamentos *Refazendo*, *PT das Origens* etc. colocaram-se pela retirada. A *Articulação* retirou-se do plenário para evitar o quorum. Mas a manobra não deu certo e foi aprovada a entrega dos cargos. Mesmo assim, a *Articulação* decidiu recorrer à reunião do diretório estadual para anular o resultado do Encontro. Novamente, perdeu a votação. Agora pede intervenção da Nacional para reverter todo o processo.

Esse fato não é novo. O mesmo já se deu quando houve a disputa entre a posição da *Articulação* de apoiar Garotinho nas eleições e a da do bloco de esquerda, que defendia candidatura própria. A aliança com o PDT acabou sendo uma imposição da Direção Nacional, que interviu no diretório estadual.

O PT mostra ser um partido baseado em uma estrutura de centralismo burocrático. Esse centralismo burocrático combina-se com a forma oligárquica que caracteriza em geral os partidos burgueses.

“O partido da boquinha”

Anthony Garotinho qualificou o PT de “partido da boquinha”. Refere-se às exigências de cargos pelo PT em seu governo e ao fisiologismo. Essa qualificação serviu de estopim para mais um episódio da luta interna, no diretório do Rio, entre a *Articulação* e o bloco de esquerda, encabeçado por *Refazendo*.

A indignação e lamento do PT frente à acusação de fisiologismo mostram bem a composição de cinismo e hipocrisia. De acordo com os dados de Garotinho, o PT ocupa 200 cargos. As críticas do PT de que os partidos oficialistas eram fisiológicos e oligárquicos, feitas no passado, não passaram de oportunis-

mo. A escalada do reformismo no poder do Estado foi conferindo-lhe as mesmas características de qualquer partido da burguesia. Não é novidade e nem motivo de escândalo o fato do PT ter sido obrigado a anular milhares de fichas de filiação fraudadas pelo grupo de Benedita da Silva, vice-governadora de Garotinho.

A tese da hegemonia da sociedade civil

Houve uma época que os petistas, principalmente a *Articulação*, enfatizavam a tese de que as transformações viriam por intermédio da constituição de uma nova hegemonia no poder do Estado. Referiam-se a hegemonia da sociedade civil, apregoada pelo teórico italiano Gramsci. Explicavam que, para mudar a correlação de forças em favor dos trabalhadores, era preciso ocupar os espaços no Estado e fortalecer assim o “campo democrático e popular”. Quantas vezes brandiram esse argumento contra a estratégia da revolução proletária, que pressupõe a destruição integral do Estado capitalista.

Os que defendiam e defendem a revolução social eram e são considerados sectários, não-realistas e outros epítetos. Os defensores da nova hegemonia do

“campo democrático e popular” eram e são os realistas, os que constróem no dia-a-dia as mudanças. Há muito dissemos que esse realismo petista se converteria em fisiologismo burguês, em carrerismo politiquês e toda sorte de corrupção.

O fato do PT estar embrenhado no Estado burguês e fazer parte de alianças reacionárias, como a do Rio, desmascaram a tese da hegemonia popular e revelam de corpo e alma a política eleitoral, fisiológica do reformismo.

A gestão burguesa do PT

A ofensiva do governo FHC contra as condições de vida dos aposentados e pensionistas conta com o apoio dos governadores petistas. O fato da direção nacional impedi-los de participar na segunda reunião de governadores – na primeira participaram dois governadores petistas – não ameniza o apoio destes à emenda constitucional.

No Rio Grande do Sul, Olívio Dutra manteve a cobrança da taxa dos aposentados, aliás mais alta que a de São Paulo. Um dos ministros de FHC não deixou de aproveitar a não ida dos governadores petistas na reunião de finalização do acordo para dizer que os petistas deveriam então renunciar às benesses da taxa-

Sobre o PT: É bom lembrar

O POR vem combatendo sem trégua o reformismo. Temos mostrado que o PT, na situação política atual, trabalha pela estabilização do Estado burguês, colaborando com a burguesia contra os interesses dos explorados, estando, portanto, no campo da contra-revolução.

Em contrapartida, a esquerda pseudo-trotskista tem feito apologia eleitoral do caudilho Lula ou do PT. Exemplo: PCO se destacou por chamar o voto em Lula “por um governo dos trabalhadores” e por qualificar o traidor dos explorados como referência da classe operária. Isso está claramente impresso em seus textos e em

sua campanha eleitoral. O PSTU faz o mesmo com a sua bandeira de “governo dos trabalhadores”. PCO e PSTU se identificam com a mesma estratégia e com a mesma tática de frente dos trabalhadores com o PT nas eleições. Mesmo que o PT tenha rechaçado sua proposta de frente dos trabalhadores, tenha constituído alianças com partidos da burguesia, mostrado na prática ser obstáculo às lutas e, inclusive, agido repressivamente em alguns casos contra greves, ocupações de terras urbanas etc., os centristas continuam com o seguidismo pró-reformista. Agem como ala esquerdista desse reformismo.

ção.

Ir ou não ir, na realidade, não modifica a política burguesa do PT em suas administrações. Para gerenciar os Estados falidos e para dar continuidade aos interesses do poder econômico, os governadores têm de funcionar como peça particular do Estado burguês como um todo. A oposição que os reformistas fazem se dá no âmbito das relações capitalistas de produção e da política democrático-burguesa. Enfim, não podem fraturar a administração capitalista

e deixar de atender os interesses gerais da burguesia.

A gestão do PT pode conflitar com algum interesse pontual de algum grupo capitalista, como foi o caso dos subsídios vergonhosos à Ford no Rio Grande do Sul, mas não pode contrapor-se aos interesses gerais da classe capitalista. Há uma fala de Lula que expressa bem essa constatação. Diante da situação embaraçosa dos governadores do PT cobrarem dos aposentados, do STF ter considerado inconstitucional a cobran-

ça, e do fato os governadores petistas terem de estar de acordo com o governo federal, Lula respondeu: "Se chegarem para nós dizendo 'não tem jeito, nossos Estados vão quebrar sem a contribuição', esse argumento influenciará a posição da bancada". E completa: "podemos avaliar se preciso aumentar 1% na contribuição ou que durante um período os inativos têm de pagar" (O Estado de S.P. 24/10). O candidato à presidência da Frente Popular está dizendo é que acima de tudo tem-se de defender o Estado.

Manifesto de convocação para o dia 10/11 - Apeoesp / subsede Oeste

A reunião de representantes de escola, convocada para preparar a paralisação, aprovou a realização de uma panfletagem no centro da Lapa, denunciando as medidas governamentais e a situação das escolas públicas. Publicamos abaixo o Manifesto.

Companheiros trabalhadores,

O governo impõe um Plano de destruição de nossa fonte de subsistência, que é o emprego. E aqueles que estão empregados sofrem com os miseráveis salários e com o aumento da exploração. O custo de vida cresceu, acarretando mais pobreza para a maioria da população. Direitos trabalhistas estão sendo eliminados, a exemplo da aposentadoria por tempo de serviço. O país se tornou mais pobre e mais submetido às potências estrangeiras. As empresas estatais brasileiras foram vendidas a preço de banana aos grandes grupos econômicos internacionais. O Brasil se tornou ainda mais pobre com a privatização e a abertura de nossos mercados para a exploração das multinacionais.

A saúde e educação foram duramente atingidas. Fecharam-se hospitais públicos ou viraram sucatas. A maioria dos trabalhadores não tem condições sequer de comprar remédios, que custam o olho da cara. O governo vem se desobrigando da responsabilidade de sustentar a educação pública. A reforma educacional objetiva aumentar a privatização do ensino. O que impedirá que os filhos dos trabalhadores possam ter acesso a níveis mais elevados. As faculdades, na sua quase totalidade, estão nas mãos dos mercenários (empresários), que cobram altas mensalidades.

Em São Paulo, Covas aplica à risca

esse Plano de Fernando Henrique e dos banqueiros internacionais (FMI, Banco Mundial). Eis alguns dos resultados:

abEntregou o ensino fundamental, principalmente de 1 a 4 séries, para os municípios, que, por sua vez, não têm recursos para sustentar. Boa parte vem sendo mantida com o esforço da comunidade escolar (pais, professores, funcionários etc), que se vê obrigada a recolher alimentos para manter a merenda dos alunos;

1. Fechou mais de 150 escolas, atingindo em cheio o período noturno. Demitiu 40 mil professores;

2. As salas de aula estão superlotadas e ficarão ainda mais, no ano que vem, com as mudanças que ocorrerão no ensino médio;

3. Ao invés de contratar funcionários, criou a Frente de Trabalho. Ou seja, o emprego temporário, uma verdadeira escravidão. Centenas e centenas de pessoas foram empurradas para escolas, servindo de mão-de-obra servil e sujeita ao salário mínimo de fome (136 reais);

4. Os salários dos trabalhadores em educação são também miseráveis. E as condições de trabalho cada vez mais difíceis. Uma série de conquistas foi eliminada;

5. Covas não aumentou os recursos à educação. Por isso, fecha escolas, salas de aula ou turnos, demite e arrocha os

salários (nenhum reajuste foi concedido);

Como se vê, o Plano do governo é um ataque ao conjunto dos trabalhadores.

Não dá mais para esperar! Lutemos em defesa de nossas reivindicações. Para derrotar esse Plano de fome e miséria é necessário a unidade de todos os explorados. É necessário que ganhem as ruas para denunciar e exigir nossos direitos. Somente com a mobilização é possível barrar a política de destruição do emprego, dos salários e de fato garantir nossas conquistas.

Em defesa do emprego a todos! Redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários, para que haja emprego! Reajuste imediato dos salários! Fim da exploração do trabalho infantil! Previdência estatal, sob controle dos trabalhadores! Terra aos sem-terra! Moradia aos sem-teto! Saúde e educação inteiramente gratuitas!

Todos ao ato às 16 horas – Praça da República

Subsede Oeste-Lapa da Apeoesp (sindicato dos professores)
10/novembro de 1999

Governo e prefeita no RN tentam privatizar Caern

O governador Garibaldi (PMDB/PPB) e a prefeita Vilma de Faria (PSB), agora sua aliada política, mais uma vez tramam contra o patrimônio público do RN, pretendem vender a CAERN (companhia de água e esgoto do RN), a segunda maior estatal do Estado.

No audiência pública ocorrida na Assembléia Legislativa no mês passado, os representantes do governo argumentaram que seria necessário vender a Caern para poder investir em saneamento básico, melhorar a qualidade da água como também triplicar o uso da água, pois grande parte da população do RN ainda não tem acesso a água fornecida por esta companhia. Os dados apresentados pelo governo foram de que a arrecadação da Caern é de 7,5 milhões de reais enquanto os gastos e custos chegariam a 9,5 milhões de reais, gerando um déficit público. E, com isso, a Caern estava incapacitada de gerar recursos e por isso teria que buscar recursos fora, na iniciativa privada. O Sindágua (sindicato) estava presente e contestou esses dados do governo, informando que há uma situação de lucro: nos anos de 1996 operou com 18,212 milhões, em 1997 com 20,409 milhões e em 1998 com 15,870 milhões. E ainda demonstrou que a despesa média fica abaixo da arrecadação (em torno de 49,18%) enquanto 52% é a média da relação entre pessoal/arrecadação.

Foi também denunciada nessa audiência a situação de saneamento em Natal, que é uma cidade de esgotos a céu aberto, contrariando a propaganda tu-

ristica enganosa por todo o Brasil de que a cidade de Natal é linda, maravilhosa, ar puro, sem perigo de contaminação de doenças. A verdade é que diariamente são lançados 80 a 100 m de esgotos no lençol freático, com grande risco de poluentes para toda Natal e ainda 26 a 30 esgotos coletados são lançados diretamente no Rio Potengi. Podemos caracterizar que Natal é uma cidade praticamente sem saneamento básico e já com níveis de rio e praias com consideráveis índices de poluição. Aí se encontra uma explicação da multiplicação das doenças causadas pela falta deste, como cólera, dengue, viroses, verminoses, aumento crescente de desinteria em crianças, levando muitas à morte.

O discurso e o cinismo dos representantes do governo foram tantos que chegaram a dizer que o grande problema do 3 milênio será a falta d'água e que ela é imprivatizável: o que o governo pretende é privatizar a operação e a distribuição, para possibilitar mais recursos para o RN, para aplicar em saneamento, melhorar a qualidade da água e poder levá-la a todo o Estado, mesmo as cidades mais distantes, tudo um monte de mentira.

A falsidade do discurso do governo é tal que enquanto fornecedor não conseguiu até o momento atender a toda a capacidade do Estado. Quem acreditará que a empresa privada, que só visa ao lucro, atenderá? Além do mais, todo o Estado do RN viu a experiência da venda COSERN em que resultou, o governo Garibaldi comprou a sua reeleição, as ta-

rifas de energia elétrica subiram em torno de 60%; ocorreram demissões em massa na Cosern. Podemos também comparar com a privatização da TELERN, demissão, aumento das tarifas telefônicas e as Linhas telefônicas tão propagandeadas, principalmente para a zona norte de Natal, não saíram, e, segundo o sindicato (SINTEL,) não saíram, a população está sendo enrolada.

O POR vem colocando no Forum de Luta, onde está havendo essa discussão, que é preciso fazer uma grande mobilização, não somente em Natal, mas em todo o Estado do RN, com atos públicos, manifestação de ruas etc. Até agora, a proposta do Forum, da CUT e dos mandatos da Frente Popular têm se limitado a abaixo-assinados, o que não mobiliza os trabalhadores nem denuncia para toda a população. Mais uma vez querem dirigir toda a luta para o parlamento (Assembléia e Câmara dos Vereadores).

Juntamente com essa mobilização, é preciso ampliar a defesa da estatização, defendendo o fim de todo o programa das privatizações, reestatização da Cosern e Telern sob o Controle Operário e Camponês.

Nesse sentido, a emenda da deputada petista Fátima Bezerra é limitada e não se contrapõe a privatização de conjunto. No seu discurso, deixou claro sua posição quando falou: "Não acho que tudo que é privado seja péssimo ou tudo que é estatal seja bom". Por isso, a sua emenda foi no sentido de retirar do programa das privatizações somente a Caern, não entrando no debate das

Mais ataques do governo contra os funcionários em Rondônia

Em Rondônia, o governo Bianco e, em Porto Velho, o prefeito Carlinhos Camurça, ao cumprirem os ditames do Banco Mundial, fecham o Instituto de Previdência do Estado de Rondônia (IPERON) e o Instituto de Previdência dos servidores Municipais (IPAM), deixando milhares de pessoas sem assistência médica, quando, por outro lado,

aumenta o desconto dos salários em 3%, sob a alegação de garantia de tal serviço, somando um total de 11%. Os trabalhadores do serviço público municipal foram condicionados a aceitarem mais um saque nos seus salários já minguados, em mais 5%, sob o pretexto de que este voltaria a funcionar com a mesma qualidade de antes, que já não era satisfatória.

Quanto aos trabalhadores do serviço público do Estado, a proposta é semelhante, com um acréscimo de mais um desconto de 3% sobre os seus salários, para atender a ganância dos investidores capitalistas.

(Extraído do boletim da Corrente Proletária da Educação de Rondônia)

A luta dos trabalhadores em educação e alunos do estado do Ceará contra a destruição da educação pública

No último dia 06 de outubro, os alunos, pais, professores e servidores da educação do Estado e do município de Íco-CE, paralisaram suas atividades e saíram em passeata pelas ruas da cidade contra a destruição do ensino público. E tendo também como objetivo o apoio à marcha nacional em defesa e promoção da educação pública organizada pela confederação dos trabalhadores em educação (CNTE).

As reivindicações da manifestação eram as seguintes: abaixo a perseguição política aos professores do município, em defesa da educação pública, gratuita, laica e vinculada a produção, nomeação dos professores do município do 1º e 2º concurso já, incorporação dos contratados como servidores efetivos por parte do Estado e do Município, abaixo o plano decenal, LDB, PNE, PDE, FUNDEF e reformulação do ensino médio, abaixo a governo FHC, Tasso Jereissati e Neto Nunes com seus planos de fome miséria e por um governo operário e camponês, etc.

A Corrente Proletária na Educação, ligada ao Partido Operário Revolucionário



rio (POR), interveio no ato denunciando a política antipopular e antinacional do governo FHC, Tasso e Neto Nunes com seus planos de fome e miséria. Colocou que esta reforma educacional promovida pelas três esferas governamentais são medidas pró-imperialistas privatistas, e uma imposição do imperialismo (FMI) para o Estado ficar desobrigado com a educação pública para manter o parasitismo do grande capital.

Neste sentido, apontamos que a única saída para os trabalhadores em educação e alunos enfrentarem esta política destruidora da educação é a greve geral por tempo indeterminado e colocar abaixo o governo FHC, Tasso e Neto Nunes. E a real defesa da educação pública, é o ensino enraizado na produção social que será o fruto da revolução social, tendo como estratégia um governo operário-camponês (socialismo).

Foquismo e guerrilha: uma análise marxista-leninista-trotskista

Ao rechaçarmos as posições dos foquistas estamos expressando o nosso programa revolucionário, com nossas diferenças político-ideológicas, reconhecendo nas massas a força revolucionária de construção da revolução social.

Reconhecemos que a organização da luta revolucionária, não pode desconhecer a importância das guerrilhas, porém, estas surgem irregularmente como necessidades momentâneas das massas na luta pela destruição das instituições burguesas e conquistas de necessidades vitais imediatas. As guerrilhas nada têm a ver com determinações de focos elitistas que se reivindicam como protagonistas do processo histórico.

O foco armado é uma negação da guerrilha; quando coloca as massas à margem

do processo histórico, defendendo este modelo de luta como possível de substituir o partido revolucionário. Por tal motivo, desconsidera a prioridade da construção do partido mundial da revolução socialista como um imperativo histórico de organização das massas, apesar das condições para sua construção se encontrarem na ordem do dia.

A organização do partido mundial da revolução social não pode ser confundida com outra organização, em que revisionistas do marxismo e reformistas manobram as massas, iludindo-as com promessas de solucionar os seus problemas pelo parlamento, trocando apenas os governos no marco da sociedade capitalista e desconsiderando o papel histórico do proletariado como classe revolucionária.

O foco guerrilheiro segue agindo como substituto do partido revolucionário no atual momento da profunda crise capitalista, reacendem-se as ações e disfusões desta prática, divulgando-se e enaltecendo-se heróis de focos guerrilheiros na América Latina, como Che Guevara, que esteve presente na luta cubana, sendo assassinado na Bolívia e Marighella no Brasil. As ações dos focos armados são violências, no entanto, não são ações revolucionárias pelo fato de deixarem as massas à margem do processo de luta, pretendendo substituí-las.

Para aprofundar a discussão sobre esta temática, compareça aos nossos cursos de formação política, que dar-se-ão nos últimos domingos de cada mês, no SINTERO, Domingo, dia 25/10/99, às 16 horas, atrás da Escola Carmela Dutra.

Tese da Corrente Proletária Estudantil para o 33º CONUBES (CE)

ESTUDANTES EM LUTA

QUE PAÍS É ESSE?!

As chamadas reformas neoliberais expressam dois objetivos: abertura do mercado às multinacionais e a criação de condições para o sustento do parasitismo financeiro. Todo o palavreado de defesa da globalização, modernidade etc. é uma cortina de fumaça para alcançá-los. A abertura de mercado é unilateral beneficiando o imperialismo. As privatizações ampliam a dependência nacional. O corte de investimentos públicos serve para pagar os agiotas das dívidas, públicas. É o mesmo motivo que leva ao congelamento salarial e demissões do funcionalismo.

As consequências da aplicação do Plano Antinacional e Antipopular de FHC recaí sobre as massas: arrocho salarial, desemprego, privatização das estatais e dos serviços públicos.

O Plano de FHC (plano Real) deve ser combatido no seu conjunto. O movimento estudantil não deve se colocar pelas posições de mera oposição eleitoral ao governo, que atualmente são traduzidas na bandeira de FORA FHC, que pretende apenas propagandear que se deve votar melhor nas próximas eleições e pressionar pela mudança da política econômica, na verdade não passa de um repeteco da campanha FORA COLLOR de 92. Nada de estimular as ilusões eleitorais, nas eleições prevalece o poder econômico e as massas são arrastadas a apoiarem seus carrascos. O método para combater a estratégia Neoliberal do Governo FHC é com a ação direta, greves, bloqueios de rua, ocupações etc. Colocando-se pela derubada integral do seu plano Antinacional e Antipopular.

Abaixo FHC e Fora FMI! Greve Geral para derrotar o plano Antinaeional e Antipopular. Frente Única Antiimperialista!

EDUCAÇÃO NÃO RIMA COM PRIVATIZAÇÃO!

A educação no Brasil e no Ceará sofre as consequências da aplicação do Plano de FHC/Tasso e Juraci. Aplicam as reformas do ensino, que expressam a ne-

8 — MASSAS — 2ª quinzena de novembro de 1999

cessidade dos estados de se desresponsabilizar do ensino superior, reduzir o ensino médio e limitar o ensino público ao nível básico. A redução de gastos é voltada para o agigantamento do parasitismo financeiro, o calcanhar de aquiles do Plano Real. Ao mesmo tempo, pretende-se a privatização. Tornar o ensino público em mercado para ser explorado por capitalistas. O sucateamento, a imposição de cotas, taxas, mensalidade e mudança dos vestibulares e currículos seguem essa diretriz.

A LDB cria as condições legais para a aplicação das diretrizes ditadas pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial etc.) O PNE - Plano Nacional de Educação - expressa os objetivos do Governo em relação à educação. Os PECs - projetos de emenda constitucional - são mecanismos para a privatização. O Fundef e o Enem (exame para alunos secundaristas) são instrumentos de rearranjo e corte de verbas e municipalização, mais um passo para privatizar o ensino público. Todos esses instrumentos são privatistas e destruidores do ensino público e da educação em geral, não podem ser remendados e sim combatidos.

Abaixo a LDB, PNE, PECs privatizantes, Enem e Fundef!

Por uma Educação Pública, única, Gratuita, Laica, autônoma, enraizada na produção social para todos!

POR UM MOVIMENTO ESTUDANTIL DE LUTA

As mobilizações estudantis do último período mostram que os estudantes estão dispostos a agir em defesa de suas reivindicações. Mas estas lutas têm ocorrido de forma fragmentada, isoladas, divididas e sem uma perspectiva de unificação. Destaca-se no último período a greve nacional dos professores das Universidades Federais, que colocou a possibilidade de quebra do congelamento salarial, um dos pilares do plano de Fome de FHC.

O motivo da grande separação entre entidades municipais (Umes etc.) e os estudantes está na política das direções majoritárias do movimento. As direções

dos Grêmios e entidades municipais estão sob controle de correntes reformistas, que não têm um programa de destruição do capitalismo, por isso não se apóiam nas mobilizações permanentes e sistemáticas dos estudantes, mas nas pressões parlamentares, nas campanhas eleitorais, negociatas de cúpula etc. A contradição entre os interesses imediatos dos estudantes e a política da direção do movimento faz com que esta atue no sentido de evitar a ampla participação estudantil, atualmente o setor majoritário da UBES (UJS) implementa o filtro no sentido de barrar a participação dos estudantes no Congresso Nacional da Entidade com a desculpa esfarrapada de querer qualificar as discussões em plenária. Trata-se de um instrumento de burocratização da entidade, deixando as bases reféns da política colaboracionista e capituladora da UJS. A oposição reformista/ centrista à atual diretoria: Rompendo Amarras (PSTU, PT- DS/TM) são incapazes de defender e encarnar um programa revolucionário para a juventude, partindo da defesa das reivindicações imediatas e democráticas dos estudantes, pois visam a aplicar sua política eleitoralista, levando a insatisfação dos estudantes para o campo parlamentar.

O movimento estudantil não pode se limitar aos muros da escola. A política de destruição do ensino público não pode ser derrotada sem que nossas lutas se projetem para a sociedade, como parte das lutas dos explorados contra os exploradores e seus governos.

Pela democracia na UBES Abaixo o filtro !

Construir novas direções para o movimento estudantil baseadas no programa revolucionário !

Que a UBES seja sustentada pela contribuição voluntária dos estudantes e por campanhas financeiras !

Fim do vínculo da carteirinha da UBES com a meia entrada !

Por congressos com ampla participação da base !

Por um governo operário e camponês, fruto da revolução proletária !

Guarulhos:-SP

Idosos são humilhados por um sistema perverso

Os idosos que passaram a vida contribuindo para a previdência, quando procuram um médico na rede pública, são tratados como peso morto pelo Estado. São humilhados nas intermináveis filas e pela falta de estrutura. Faltam médicos, remédios, leitos e respeito para com os usuários, pois o sistema capitalista só se importa com o lucro. E como os idosos já não mais produzem riqueza para os exploradores são tratados como trastes velhos que não servem para mais nada: Guarulhos não foge à regra, o HMU (Hospital Municipal de Urgência), os PAs (unidades de pronto atendimento) e as UBS (unidades básicas de saúde) atendem de forma precária. Além disso, novamente fecharam a Santa Casa (que alias, já gerou inúmeras polêmicas entre vereadores, prefeitura, sindicato dos médicos e conselho municipal de saúde) e a população continua sem atendimento. Isto mostra a incapacidade dos que se dizem "defensores do povo" em resolver o problema da saúde em Guarulhos.

O Comitê de Ação Popular esteve no SEMEG no dia 19/10 para conversar com as pessoas, para saber se com a troca de Secretário da Saúde alguma coisa ti-

nha melhorado e notamos que as coisas estão como sempre estiveram todos estes anos. Um senhor de 70 anos, e que tem problemas cardíacos e diabete espera desde janeiro para marcar uma consulta com o cardiologista. Outro senhor que teve tuberculose e que pelo uso de antibióticos ficou com problemas nos ossos, ouviu do médico do INSS que o que ele precisava era de trabalho. Este senhor chegou às 4 horas da madrugada e às 7h30min da manhã ficou sabendo que as vagas estavam preenchidas até 03/11 e que deveria voltar outro dia para marcar a consulta. Uma senhora, que estava na Caixa, teve alta mesmo doente, o perito que lhe deu alta era pediatra e ela precisava de um neurologista. Uma outra, mesmo chegando no SEMEG de madrugada, também não foi atendida.

No SEMEG faltam neurologistas, ginecologistas, ortopedistas, além de outras especialidades, na farmácia faltam remédios básicos.

As pessoas que vão até lá de madrugada marcar consultas são obrigadas a ficar expostas à chuva e ao frio porque não deixam estas pessoas se acomodarem no interior do prédio (que tem espa-

ço de sobra).

Os funcionários trabalham 8 horas corridas e não têm direito nem à refeição.

As consultas são expressas, por exemplo, o Dr. Mario Kumessu atende 50 pessoas às segundas e 30 às quartas. Como pode saber como o paciente está se sentindo, atendendo tanta gente num mesmo dia?

O Comitê esteve cobrando estas questões da Secretária de Saúde que já haviam sido feitas ao antigo Secretário Dr. Marco Antônio Resende, antes deste ser exonerado.

O que podemos concluir de toda esta situação é que a saúde pública está um caos, a cada dia mais verbas da saúde são desviadas para o pagamento dos agiotas internacionais. Só resta aos trabalhadores se organizarem formando os Comitês Populares em Defesa da Saúde Pública e partirem para a luta através das manifestações de rua e de outras ações de massa. Não devemos cair no conto do vigário de que este ou aquele político resolverá as coisas via parlamento. Somente a luta dos trabalhadores é que poderá reverter a situação.

Operários da Iderol organizam cooperativa

Como já noticiamos, os cerca de 300 operários da fábrica de Carrocerias IDEROL de Guarulhos, depois de 8 meses de decretada a falência da empresa de forma fraudulenta, buscam a reabertura da indústria. Para isto, em 14 de setembro fundaram a CIDEROL (Cooperativa dos Trabalhadores da Indústria de Equipamentos Rodoviários), que tem como objetivo a reabertura da empresa sob controle dos trabalhadores.

Estão chamando um ato para pressionar o juiz responsável (Dr. Régis de Castilho Barbosa Filho, da 6 vara cível de Guarulhos) pelo processo, e o síndico responsável pela massa falida (Alfredo Luís Kulgemas, do Escritório de Falência)

as) para que estes concedam uma audiência na segunda quinzena de outubro. Este ato acontece no dia 15 de novembro, em frente ao portão da fábrica.

Uma das questões colocadas neste processo de reabertura da indústria sob o controle dos trabalhadores é a reivindicação junto aos 'responsáveis pelo processo judicial da massa falida' do 'arrendamento da fábrica' proposta pela cooperativa.

Como já indicamos, este processo de falência foi uma farsa, foi produzido para que o patrão pudesse abrir outra firma dando um calote tanto nos fornecedores, como principalmente nos ope-

rários da empresa. Portanto, os operários têm todo o direito de ter acesso às máquinas e às instalações da indústria para produzir como pagamento pelos anos de trabalhos dando milhões e milhões em lucro para os patrões e ainda por cima por terem sido golpeados com um calote.

Em nossa opinião, a Ciderol deveria lutar não pelo arrendamento da fábrica, que significa pagar por um direito que já é dos trabalhadores da Iderol, e que iria beneficiar os patrões às custas da exploração sobre o trabalho dos operários, e sim exigir que a Ciderol possa tocar a produção livremente, tomando a fábrica dos patrões caloteiros.

Posição de princípios frente à repressão

1. A burguesia mantém seu regime econômico decadente sobre a base da violência contra-revolucionária. Quanto mais o capitalismo se desintegra e a luta de classes agudiza, mais os exploradores põem às claras a sua ditadura de classe.

2. O aparelho repressivo se volta contra os trabalhadores para barrar o desenvolvimento de sua organização independente e da elevação da consciência revolucionária. Para isso, vai da repressão legal às chacinhas.

3. A violência reacionária expressa as relações de propriedade, exploração do trabalho e sustentação da política burguesa. A burguesia é capaz de utilizar os meios mais bárbaros, como assassinatos em massa, tortura etc., para manter o regime de acumulação de capital e de miséria das massas.

4. O partido revolucionário comparece como inimigo número um do aparato policial, militar e judicial. Isso porque é o instrumento imprescindível do proletariado para destruir historicamente o poder da burguesia.

5. O partido organiza a violência revolucionária das massas contra o poder burguês. O proletariado só poderá chegar ao poder pela revolução violenta, ou seja, por intermédio da insurreição armada e da guerra civil.

6. O partido responde a todos os problemas colocados pelo capitalismo que

atingem a vida dos trabalhadores. Com isso, objetiva sempre organizar o movimento social em direção à destruição do capitalismo.

7. Para cumprir bem essa tarefa, o partido deve utilizar-se do trabalho aberto (legal) e clandestino (ilegal). O partido progride sua organização no seio das massas. Somente estas podem evitar sua destruição. Para isso, o partido deve trabalhar corretamente de forma clandestina ao aparelho repressivo e o mais aberto possível no interior da classe operária e demais oprimidos.

8. A militância se torna destemível conforme assimile o programa, aplique-o de acordo com as condições concretas e maneje os métodos do trabalho legal e ilegal. Não mede esforço e nem recebe a repressão se está diante de tarefas colocadas objetivamente pelo movimento revolucionário do proletariado.

9. Frente à repressão contra sua militância, o partido recorre aos trabalhadores para defendê-la. O enfrentamento de toda e qualquer forma de violência burguesa contra o partido são ossos do ofício. Isso não quer dizer que os militantes não tenham de ser sagazes frente ao cerco da burguesia.

10. Em qualquer circunstância repressiva, o partido de conjunto tem de defender seus militantes. Em hipótese alguma pode faltar com esse dever revolucionário. Qualquer atitude de fraqueza e de imobilismo

frente à repressão constitui uma quebra de princípio e um rompimento programático.

11. O partido não pode se dividir em torno da questão se deve ou não responder aos ataques da burguesia contra sua militância. O partido tem de estar unido, em qualquer situação, diante da repressão. O ataque mesmo que seja a um só militante significa ataque ao partido. A única discussão que cabe é quanto a tática e os meios a serem empregados. Mesmo assim tem de ser urgente e não paralisar um segundo sequer a ação do partido.

12. É parte do programa a concepção do trabalho legal e ilegal, a da revolução violenta e do trabalho no seio das massas. O partido revolucionário só poderá triunfar caso seja constituído de militantes com alta consciência marxista e forjado na mais ferrenha unidade no trabalho revolucionário. Toda atitude e posição que enfraqueçam a unidade revolucionária do partido frente a burguesia e seu Estado são estranhas à tarefa histórica de destruição do capitalismo.

13. A repressão ao partido, à qual está sujeito, serve para forjar a consciência revolucionária e a unidade partidária. As campanhas políticas contra os ataques da burguesia ajudam o partido a penetrar mais fundo na vida das massas e a ganhar autoridade revolucionária diante delas. A repressão atua para destruir o partido. A resposta pronta e firme a ela converte o partido em fortaleza.

Quando se quer ludibriar os princípios

Temos recebido o *Jornal Vanguarda Proletária*, que se reivindica Fração Trotskista, e notado que se especializou em atacar o POR boliviano. Trata-se de um porta-voz aqui no Brasil do grupo argentino, dirigido por Gamboa, que rompeu programaticamente com o Comitê de Enlace, no qual o POR boliviano ocupa um lugar central.

Como a corrente de Gamboa vem se aproximando da LBI (corrente com a qual nós não temos nenhuma relação amistosa por ser difamadora do POR brasileiro), a Fração Trotskista faz o mesmo. Reproduz, inclusive, o oportunismo de Gamboa, ou seja, ludibria as divergências para ajeitar a aproximação. Mas chama a atenção a esperteza como a Fração Trotskista trata em público a discussão com a LBI. Procura dar um ar de limpeza, colocando as discussões no seu jornal.

O relato de uma reunião realizada nos dias 14 e 15 de agosto, em São Luiz do Maranhão, estado em que se concentra a tal da Fração Trotskista, indica algumas divergências. Referindo-se à discussão de conjuntura: "O

ponto divergente está essencialmente no eixo do principal elemento da conjuntura. A FT avalia que o eixo está no esgotamento dos planos econômicos neoliberais, cuja evidência contundente foi a quebra da bolsa do Sudeste Asiático. De acordo com a LBI, o eixo estaria direcionado para a queda dos Estados Operários, a partir da queda do muro de Berlim em 1989, a qual reflete decisivamente sobre a situação internacional do proletariado que sofre as consequências do processo contra-revolucionário. Significa que 1989 é o marco influenciador direto das condições hoje das massas e da vanguarda."

O leitor pode observar que o tal "eixo" é uma abstração incompreensível. É típico da discussão acadêmica frente à situação de desintegração do capitalismo e de avanço na restauração capitalista na ex-União Soviética etc. Mas não é esta primeira "divergência" que nos interessa.

Vejamos a segunda: "O outro ponto divergente é que não há uma compreensão comum sobre as Teses do Oriente. A FT as reivindica integralmente, enquanto a LBI não tem uma caracterização definida sobre elas." (grifo nosso).

Esta afirmação é falsa dos pés à cabeça: a LBI rechaça as Teses do Oriente integralmente. Tem uma posição definida sobre elas. Considera que a tática da Frente Única Anti-imperialista expressa uma posição etapista.

Acreditamos que a FT não desconheça os ataques da LBI ao POR boliviano justamente nessa questão e a sua formulação de que as Teses do Oriente não condizem com marxismo, que rechaça a tese do etapismo. Se ignora, é bom que exija da LBI todos seus textos em que ataca a FUA. Outra possibilidade é que saiba e acoberta a real posição da LBI. Há uma outra: a LBI pode ter falseado suas caracterizações na discussão com a FT.

Se a FT não conhece as posições verdadeiras da LBI, então esta as escondeu da FT. Tudo indica que tanto a FT quanto a LBI, e por detrás o grupo argentino de Gamboa, estão mentindo e procurando um ponto de acomodação oportunista. São estes os "trotskistas" que atacam o POR boliviano e procuram enlamear sua história de partido trotskista.

Formação Política

O estado e a revolução

Obra capital do marxismo. Nela Lênin resume, sintetiza e elabora os

principais conceitos marxistas sobre a teoria do estado. Baseia-se na obra de Marx e Engels, na experiência da classe operária europeia, principalmente das duas revoluções francesas que culminaram na Comuna de Paris, e na própria experiência do partido bolchevique na Rússia até as vésperas da revolução proletária de outubro de 1917. Destacamos inicialmente um conceito que resume a obra estabelecendo uma fronteira nítida entre marxistas e não marxistas:

Extrato da carta de Marx a Weydemeyer de 05/03/1852 citado por Lênin na obra:

"Ora, no que me diz respeito (ele, Marx), não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna, nem a luta que travam entre si. Já muito antes de mim historiadores burgueses tinham apresentado o desenvolvimento histórico desta luta de classes e economistas burgueses tinham apresentado a anatomia das mesmas. O que fiz de novo foi: 1º) Demonstrar que a existência das classes está meramente ligada a fases históricas determinadas do desenvolvimento da produção; 2º) Que a luta de classes conduz necessariamente à Ditadura do

Proletariado; 3º) Que esta mesma ditadura constitui apenas transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes..."

Comentário de Lênin:

"Nestas palavras, Marx conseguiu exprimir com um relevo surpreendente, em primeiro lugar, a diferença principal e radical entre a sua doutrina e a doutrina dos pensadores mais avançados e mais profundos da burguesia e, em segundo lugar, a essência da sua doutrina acerca do Estado.

O principal, na doutrina de Marx, é a luta de classes. Assim se diz e se escreve muito frequentemente. Mas é incorreto. E desta incorreção muitas vezes resulta uma deturpação oportunista do marxismo, a sua falsificação completa num espírito aceitável para a burguesia. Pois a doutrina da luta de classes foi criada não por Marx mas pela burguesia antes de Marx, e, falando em geral, é aceitável para a burguesia. Quem reconhece unicamente a luta de classes, esse ainda não é marxista, esse pode encontrar-se ainda dentro dos limites do pensamento burguês e da política burguesa. Limitar o marxismo à Doutrina da Luta de Classes significa trancar o marxismo, deturpá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que alar-

ga o reconhecimento da luta de classes até ao reconhecimento da Ditadura do Proletariado."

Nosso Comentário:

Em nossos dias verificamos como se dá a deturpação do marxismo através do ocultamento, da dissimulação e da negação da estratégia da Ditadura do Proletariado. As correntes de esquerda em geral autointitulam-se marxistas não com base no conceito acima exposto. Substituem a estratégia de poder da classe operária por consignas como a de Governo dos trabalhadores da Cidade e do Campo (PCO), Governo dos Trabalhadores (PSTU) ou uma outra qualquer, adaptáveis para o quadro da disputa eleitoral nos marcos do regime democrático capitalista. E disto não podem passar. Atrás da roupagem marxista está na verdade uma política democrática burguesa ou que assim tem que se tornar mais e mais para arregimentar os elementos vacilantes da pequena burguesia que têm aversão à Ditadura do Proletariado.

O POR manifesta, tática e estrategicamente, expressa e claramente, a defesa da Ditadura do Proletariado, governo parido da insurreição vitoriosa da classe operária sob a direção da maioria oprimida contra a burguesia proprietária dos meios de produção.

O capitalismo põe em risco a humanidade

A imprensa divulgou dados sobre o armamento nuclear dos Estados Unidos que confirmam que o capitalismo é uma ameaça à humanidade. Certamente, não é novidade que o imperialismo foi longe na construção do arsenal militar. Mas os dados logo abaixo mostram de forma concreta o poderio destrutivo de uma só das potências armadas.

"Documentos secretos liberados recentemente pelo Departamento de Defesa dos EUA mostram que o país teve armas nucleares espalhadas pelo mundo durante a Guerra

Fria. Isso teria se dado, inclusive, sem o conhecimento de alguns governos dos países que abrigaram esses artefatos".

"Segundo o relatório, os EUA já tiveram 12 mil armas nucleares no solo e no subsolo de pelo menos 23 países, além de em cinco territórios norte-americanos."

"A estimativa do pesquisador é que os EUA tenham tido, no auge de seu poderio militar, por volta de 1967, 32 mil armas nucleares." (Folha, 21/10)

A instalação de armas clandestinas

em determinados países expressa a prepotência do imperialismo. Mas, mesmo com o consentimento de governos, a situação não muda. Tais governos se comportam como serviçais, no caso dos países semicoloniais. Em se tratando de potências, a exemplo da Alemanha, corresponde à aliança imperialista.

O fim desta ameaça está na razão direta da destruição do sistema capitalista e sua substituição pela sociedade sem classes - o comunismo.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

82 anos da Revolução Russa

A luta de Trotsky contra a teoria do socialismo em um só país

Publicamos extratos da crítica de Trotsky à teoria do socialismo em um só país de Stalin-Bukarin, que comparece no livro *a III Internacional depois de Lenin*, também conhecido pelo subtítulo *Stalin Organizador de Derrotas*.

A marcha da restauração capitalista, acelerada em fins de 80, na verdade tem suas raízes no período de ascensão da burocracia estalinista, que fez uma revisão completa do marxismo-leninismo.

Materialmente, Stalin dirigiu um movimento favorável ao isolamento da URSS do proletariado internacional e ao fortalecimento das pressões do imperialismo no sentido da destruição das conquistas da Revolução de Outubro. Trotsky se levantou terminantemente contra a teoria do socialismo em um só país, substitutiva da doutrina internacionalista de Marx-Engels-Lenin. Previu que a vitória da burocracia estalinista contra a Oposição de Esquerda levaria à restauração capitalista, mais cedo ou mais tarde.

Em 25 de outubro (7 de novembro), a Revolução Russa fez 82 anos. Aniversário esse que ocorre numa situação de crise capitalista, barbárie social e de trágica restauração capitalista na Rússia.

“Unindo em um sistema de dependências e de contradições mútuas países e continentes que alcançaram graus distintos de desenvolvimento, aproximando os diversos níveis de seu desenvolvimento e ao mesmo tempo, depois, distanciando-os imediatamente, opondo implacavelmente todas as nações entre si, a economia mundial se converteu em uma poderosa realidade que domina a vida econômica dos diversos países e continentes individuais. Este fato fundamental, por si só, dá um caráter profundamente realista à idéia do partido comunista mundial. Levando a economia mundial, no seu conjunto, à fase de desenvolvimento que, em geral, se pode alcançar sobre a base da propriedade privada, o imperialismo, como diz, corretamente o projeto* na sua introdução, “agudiza extremamente a contradição que existe entre o crescimento das forças produtivas da economia mundial

Nesse momento, o governo soviético realiza uma guerra contra o direito de separação da Tchetchênia e Daguestão, expressão da estratégia de reconstrução do capitalismo, onde os interesses econômicos obrigam países submeterem países (opressão nacional).

Por mais distante que esteja a direção de Stalin do Estado soviético em relação aos atuais sintomas de decomposição da Rússia, não se pode esconder que a presente situação é apenas a culminação do processo revisionista e restauracionista, iniciado pelo estalinismo.

Frente à desintegração do capitalismo mundial e ao retrocesso da ex-URSS, as teses da Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, se mostram corretas e constituem o caminho para o proletariado internacional enfrentar a barbárie. O rechaço à teoria do socialismo em um só país e toda fundamentação de Trotsky em torno do internacionalismo marxista passaram a fazer parte do programa re-

e as fronteiras que separam nações e estados”.

Não é possível dar um só passo para a solução dos principais problemas da política mundial e da luta revolucionária se não se assimila bem o significado desta tese, que apareceu pela primeira vez com toda clareza no curso da última guerra imperialista.

[...] A revolução internacional deve conceber-se como um processo inter-relacionado, que não se pode prever em sua totalidade concreta e na ordem de sucessão de todas as fases em que acontece, mas que é perfeitamente claro em seus delineamentos históricos gerais. Se não se compreende isto, é absolutamente impossível orientar-se conscientemente em política.

Mas as coisas se modificam radicalmente se se toma como ponto de partida a idéia de um desenvolvimento socialista que está realizando-se e inclusive se

volucionário. Essa posição histórica está assinalada nos principais documentos de crítica ao estalinismo e de constituição da IV Internacional.

Colocar-se, hoje, pela construção do partido marxista, obrigatoriamente, significa assumir as idéias de Trotsky contra o revisionismo estalinista e a restauração capitalista. Depois que a URSS, o Leste Europeu etc. sucumbiram frente às pressões do imperialismo, inúmeros esquerdistas procuraram não se identificar com as idéias de Stalin, mas ao mesmo tempo continuaram adversários, silenciosos ou não, do trotskismo. Isso quer dizer que permanecem estalinistas e continuam carregando a responsabilidade das posições contra-revolucionárias de Stalin. O texto abaixo comprova com exatidão essa conclusão.

Viva a Revolução de outubro!

Viva o internacionalismo proletário!

Viva a IV Internacional!

está completando em um só país. Existe hoje em dia uma “teoria” segundo a qual é possível construir integralmente o socialismo em um só país e as relações entre este e o mundo capitalista podem basear-se na “neutralização” da burguesia mundial (Stalin). Se se adota este ponto de vista que é, no fundo, nacionalista e reformista e não revolucionário e internacionalista, desaparece, ou ao menos se atenua a necessidade da fórmula dos estados unidos socialistas da Europa. Do nosso ponto de vista, entretanto, esta fórmula nos parece justamente importante e vitalmente necessária, já que contém a condenação da idéia do desenvolvimento socialista limitado a um só país. Para o proletariado de cada país europeu, em um grau muito mais pronunciado ainda que para URSS [...] a extensão da revolução aos países vizinhos, o apoio que se lhe dará nestes pela força das armas, é a necessidade mais ur-

gente e não só por considerações de solidariedade internacional abstrata, que por si só não pode pôr em movimento as classes, mas sim por considerações vitais, centenas de vezes formulada por Lenin: não podemos nos manter se revolução internacional não nos ajuda **em tempo oportuno**. A fórmula dos Estados Unidos Soviéticos da Europa corresponde a esta dinâmica da revolução proletária, que não surge simultaneamente em todos os países, mas que se estende de um a outro e exige que exista o contato mais íntimo entre eles, em primeiro lugar no território europeu, tanto para se defender contra os poderosos inimigos exteriores como pelas necessidades da organização da economia [...]

[...] Não há dificuldade em entender que [...] já Marx e Engels, ainda antes da época imperialista, tinham chegado à conclusão de que, por um lado, a "irregularidade", isto é, os abalos do desenvolvimento histórico estenderão a revolução proletária a toda uma época, durante a qual as nações entrarão umas após outras na torrente revolucionária, enquanto que, por outro lado, a interdependência orgânica dos diversos países, sucedendo para uma divisão internacional do trabalho, exclui a possibilidade de estabelecer o regime socialista em um só país [...] A doutrina marxista que assinala que a revolução socialista só pode começar sobre limites nacionais, enquanto que a realização do socialismo em um país é impossível, *é duas e três vezes verdadeira* [...] neste aspecto, Lenin não fez mais que desenvolver e concretizar tanto a maneira como Marx colocou a questão, como a solução que lhe deu [...]

[...] Stalin, a este respeito, disse em novembro de 1926: "o Partido admitiu sempre como ponto de partida a idéia de que a vitória do socialismo em um só país significa a possibilidade de construir o socialismo em dito país e que esta obra pode realizar-se com as próprias forças desse próprio país" (*Pravda*, 12 de novembro de 1926).

Já sabemos que o partido *jamaís admitiu isso como ponto de partida*. Pelo contrário, em "toda uma série de obras, em todos os nossos discursos, em toda a imprensa", como diz Lenin, o partido se baseou na posição contrária, que

justamente encontrou sua expressão fundamental no programa do partido comunista da URSS. Mas pelo menos se poderia imaginar que o próprio Stalin "sempre" partiu da falsa idéia de que "o socialismo pode construir-se como as forças de um só país". Vejamos se é certo.

Não há nenhum meio de conhecer quais eram os pontos de vista de Stalin sobre esse problema em 1905 ou em 1915, pois sobre isso carecemos completamente de dados baseados em documentos. Mas em 1924, Stalin expôs de seguinte maneira as concepções de Lenin sobre a construção do socialismo:

"Derrubar em um país o poder da burguesia e instaurar o do proletariado não significa assegurar o triunfo completo do socialismo. Permanece ainda por realizar a missão principal deste: a *organização socialista da produção*. Pode-se resolver este problema, pode-se obter a vitória definitiva do socialismo em um só país sem que se conjuguem os esforços dos proletários de vários países avançados? Não; *é impossível*. Para derrubar a burguesia, bastam os esforços de um só país, como prova a história de nossa revolução. Para que o socialismo triunfe definitivamente, *para organizar a produção socialista, os esforços de um só país, sobretudo de um país tão camponês como a Rússia, já não bastam*; são precisos, para isso, os dos proletários de vários países avançados...

"Esses são em geral, *os traços característicos da teoria leninista da revolução proletária*". (J. Stalin, *sobre Lenin e o leninismo*, edições do Estado, secção de Moscou, 1924, páginas 40/41).

É preciso reconhecer: "os traços característicos da teoria leninista" estão expostos aqui com bastante exatidão. Entretanto, nas edições posteriores do livro de Stalin, essa frase foi corrigida em um sentido diretamente oposto e "os traços característicos da teoria leninista" foram denunciados um ano depois como ... trotskismo...

A teoria do socialismo em um só país conduz inevitavelmente a menosprezar as dificuldades que se têm de vencer e a exagerar as realizações conseguidas. Não se poderia encontrar afirmação mais antisocialista e antirevolucionária

do que a declaração de Stalin de que "a nona décima parte do socialismo está já realizada em nosso país". Isso é produto da imaginação de um burocrata vaidoso. Deste modo se pode comprometer irremediavelmente a idéia da sociedade socialista diante das massas trabalhadoras. Os êxitos obtidos pelo proletariado soviético são grandiosos, se se leva em conta as condições em que foram obtidos, assim como o baixo nível da cultura herdado do passado; mas estas realizações pesam pouco na balança do ideal socialista. Para fortalecer os ânimos do operário, do trabalhador agrícola, do camponês pobre, que no décimo primeiro ano da revolução vêem, em torno de si, a miséria, a pobreza, o desemprego, as filas diante das padarias, o analfabetismo, os meninos de rua, o alcoolismo, a prostituição, é preciso dizer a verdade rigorosa e não mentir elegantemente. Em lugar de mentir, assegurando-lhes que a nona décima parte do socialismo está já realizada, é preciso dizer-lhes que atualmente nosso nível econômico e nossas condições sociais e culturais estão muito mais perto do capitalismo e ainda do capitalismo atrasado e inculto, que da sociedade socialista. É preciso dizer-lhes que só começaremos a *verdadeira* construção do socialismo depois que o proletariado dos países mais avançados tenha conquistado o poder; que é preciso trabalhar sem descanso por instaurar o socialismo, servindo-nos das duas alavancas: uma curta, para nossos esforços econômicos no interior; a outra longa, para a luta internacional do proletariado.

Em outras palavras, em lugar das frases de Stalin sobre a já realizada nona décima parte do socialismo, é preciso citar-lhes essas palavras de Lenin.

"Rússia (o país da pobreza) só se converterá no país da abundância, se rechaçarmos todo o desalento e toda fraseologia, se, apertando os dentes, concentrarmos todos os nossos esforços e tensionarmos nossos nervos e músculos, se compreendemos que *só é possível o êxito por meio da revolução socialista internacional, em cuja época temos entrado*". (Lenin, *Obras completas*, volume XV, página 165)."

* Refere-se ao projeto de Stalin-Bukarin para o VI Congresso da Internacional Comunista, que foi criticado por Trotsky, crítica essa publicada posteriormente no livro *A III Internacional depois de Lenin*.

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos a série de textos de formação escritos por G. Lora, iniciada no Massas n.º 160

Organizações Paralelas: Movimento Feminino.

A mulher sofre uma dupla exploração: na fábrica e em casa. Apesar da secular opressão que sofre, a massa feminina é capaz de compreender a perspectiva revolucionária, a mulher das camadas populares é um valioso elemento na luta, conforme ensina a experiência. O POR considera que a revolução social abrirá um período da verdadeira emancipação da mulher e ensina os militantes a tratá-la como um elemento colocado em um plano de absoluta igualdade com o homem. O Partido elabora a bandeira da libertação da mulher através de sua integração à política revolucionária. A mulher será totalmente livre em uma sociedade sem classes, sem explorados nem explorado-

res.

O porista tem de encarar diariamente um problema agudo em sua casa: a pressão negativa e poderosa da mulher e dos filhos, que traduzem dramaticamente as dificuldades econômicas. Só pode haver uma resposta: politizar a mulher para convertê-la em uma verdadeira companheira da vida e da luta.

A militante goza da plenitude dos direitos estabelecidos pelos estatutos e tem que cumprir todas suas obrigações. O Partido se empenha seriamente em efetivar o postulado da igualdade entre homem e mulher e de sua total emancipação. Tem-se que educar os rapazes para que encarem esta nova realidade e as mulheres para que vivam plenamente, sem incorrer em deformações ou exageros de nenhum gênero. A militante não deve ser agrupada em cé-

lulas especiais e sim incorporada às normais. O recrutamento se fará principalmente nos meios operários e estudantis. Deve rechaçar energeticamente o desvio de achar que uma mulher não pode chegar a ser dirigente partidária ou ser um quadro da teoria partidária.

As mulheres poristas devem iniciar um movimento feminino particular, capaz de motorizar uma ampla marcha libertadora das mulheres e dar respostas adequadas e oportunas a todos os problemas de suas companheiras de sexo (salário igual para trabalho igual, por exemplo). Deve-se evitar que a militante porista fique isolada como uma curiosidade em meio a massa de mulheres e tem-se que procurar que se converta em ativa combatente. O movimento feminino deve ter organização, direção e publicações próprias.

Crise Mundial

Em 24 de outubro de 1929 ocorria o Craque da Bolsa

Neste dia se precipitou a quebra da bolsa de Nova Iorque (EUA), que pôs em evidência a crise econômica estrutural do capitalismo de dimensão mundial.

Seus efeitos palpáveis: a demissão massiva do proletariado e a paralisação do aparato produtivo, que se apresentaram de forma inconfundível nos países (principalmente nas semicolônias). Sua causa: o desenvolvimento das forças produtivas havia chegado ao extremo de se destroçar ao chocar com as relações de produção (grande propriedade burguesa dos meios de produção), fenômeno que ocorreu por cima das fronteiras nacionais. Tudo isto pôs em evidência que o esgotamento da grande propriedade burguesa exigia sua substituição pela propriedade social, vale dizer, da urgência da revolução proletária. Na Bolívia, o mal estar social se traduz em agitação social.

Os pampinos eram operários preferencialmente recrutados no vale cocha-bambino e que se trasladavam para trabalhar nas salitreiras do norte chileno

(pampas). Muitos tomaram contato com as idéias socialistas, sobretudo com Emílio Recabarren.

Durante a crise capitalista de 1929 os pampinos ficaram sem trabalho e tiveram que retornar à Bolívia. Em Oruro, protagonizaram distúrbios e saques aos armazéns. As autoridades se viram obrigadas a criar as "panelas comunitárias" para poder acalmar os revoltosos.

Em 1871, Bolívia conheceu os efeitos da crise econômica que estalou na Europa. A causa da guerra franco-prussiana foi a evidente queda do preço da prata, o produto mais importante da exportação boliviana. A partir daí, os países europeus adotaram o ouro como padrão.

Durante a crise econômica de 1929 e quando a Inglaterra abandonou o padrão ouro, se apresentou no país uma aguda discrepância entre os mineiros e os capitalistas importadores. Os mineiros sustentavam a tese que teriam que abandonar os fundamentos assinalados por Kemmerer ao estabelecer o Banco Central e que o cambio monetário deve-

ria se readaptar à nova situação financeira e comercial criada pelo cambio do valor da libra esterlina inglesa. Os importadores pediam que a cota do peso boliviano se fixasse com relação ao dólar.

Entre as conseqüências políticas, temos a revolução de 12 de julho de 1930 encabeçada pelo General Carlos Branco Galindo, inspirada no patinismo (Patinismo, principal dono de minas na época), que derrubou o governo de Hernando Siles.

Na atualidade, vivemos uma crise econômica do sistema capitalista, muito mais profunda, suportando suas calamidades e que volta a atualizar a necessidade da revolução proletária, isto para poder acabar, de forma definitiva, com as crises cíclicas. Na Bolívia, esta maturidade do fator objetivo/econômico se complementa com a maturidade política ou subjetiva da classe operária.

(extraído do "Masas" boliviano n.º 1687, de 22/10/99)

O POR e a Revolução de 1952

Damos continuidade à publicação de extratos sobre as posições do POR boliviano na Revolução de 1952. O objetivo inicial dessa sequência foi o de responder aos adversários esquerdistas do POR, que não pestanejam em distorcer a vida política desse partido com a difamação de que teria se tornado nacionalista. Esses adversários são anões diante da pujante história programática e organizativa do POR boliviano. Ao responder-lhes, na verdade, estamos assimilando a rica experiência do trotskismo boliviano, nas condições concretas da luta de classes no Brasil. Quem conhece minimamente a trajetória política desses anões não dá importância aos seus ataques e ainda pode achar que perdemos tempo em prestar-lhes atenção. De fato, somente os tolos ou ignorantes que não estudam com o método do materialismo histórico as críticas a um partido de existência tão marcante como a do POR boliviano podem acreditar na superficialidade dos críticos do trotskismo boliviano.

A bandeira de ocupação das minas*

"Vimos que uma das consignas poristas que mais apaixonou os operários foi a ocupação das minas, que supunha uma expropriação sem indenização das empresas vinculadas ao capital financeiro, para ser colocadas nas mãos do proletariado.

Por que esta consigna não foi atualizada, pela própria ação dos trabalhadores, no momento de sua máxima mobilização e radicalização? Se as minas tivessem sido ocupadas e existissem algumas possibilidades de que isso ocorresse, é evidente que o rumo da revolução teria sofrido uma mudança radical.

A espontaneidade das massas não seguiu esse canal porque – e isso é fundamental – estavam seguras de que o governo movimentista começaria nacionalizando as minas (nacionalização e ocupação eram a mesma coisa para os trabalhadores). Mas tampouco a consigna foi lançada pela vanguarda revolucionária, que não se fez presente nos acontecimentos com sua própria linha. Seria muito arriscado sustentar que uma vez lançada teria sido materializada pelos trabalhadores, pois deve ter-se presente que estes se moviam sob a influência do MNR e não do POR; mas, é possível que lhes tivesse servido como um ponto de referência em sua mobilização, que podia em qualquer momento ser realizada por constituir uma das tradições dos mineiros. A ocupação das minas teria colocado, mais cedo ou mais tarde, a questão do poder e assentado as bases para a rápida superação das posições nacionalistas por parte da classe operária; ao mesmo tempo, o POR tivesse podido em breve prazo recuperar seu controle. Todas essas colocações não passam de suposições, as coisas se desenvolveram de maneira diferente.

Por que o Partido Operário Revolucionário não lançou dita consigna, que era sua e em torno da qual trabalhou tanto tempo? A crise interna que o sacudiu durante grande parte do sexênio o havia debilitado enormemente; todo desenvolvimento político levou as massas a mover-se em torno do MNR e não do POR. Estas circunstâncias impediram que o POR estivessem fisicamente presente nas jornadas de abril de 1952. Isso não se refere unicamente a se tais ou quais militantes ou grupo deles estiveram ou não nas ruas e nas barricadas, junto dos trabalhadores, senão que não esteve presente a linha política trotskista claramente diferenciada do MNR, como uma alternativa para as massas, com a intenção de ir ganhando-as ao longo do desenvolvimento dos acontecimentos.

[...] O MNR colhia todas as vitórias das massas, o que lhe permitia firmar-se como direção delas. Os proletários conseguiram uma impressionante vitória e o poder passou, sem etapas intermediárias, para as mãos do partido nacionalista pequeno-burguês. Esta situação colocava o problema de como devia atuar o trotskismo tanto frente às massas prisioneiras das organizações movimentistas como o mesmo MNR que se mostrava tão radicalizado. A vitória revolucionária dos explorados importou a vitória do partido pequeno burguês que se tornou poder. As tendências nacionalistas que não tinham sido extirpadas do seio do POR e que, ou melhor, tinham conseguido crescer e controlar certos cargos de direção, frente ao fortalecimento do MNR em escala nacional, levantaram a linha política de apoio ao MNR e atuaram nesse sentido, argumentando que sua escalada ao poder

comportava nada menos que operários e camponeses se convertessem em classes governantes, o que equivalia dizer que essa vitória era também uma vitória do POR, que sempre tinha trabalhado em favor de uma revolução como a que acabava de triunfar.

Para estes nacionalistas, não fazia falta que o POR, seguindo o seu programa tradicional, colocasse o governo operário e camponês (ditadura do proletariado) como objetivo da luta dos trabalhadores, pois consideravam que o governo movimentista era já um governo de operários e camponeses. O trotskismo, por ser um setor minoritário, e estar impedido de chegar ao poder, devia limitar-se a apoiar o nacionalismo de conteúdo burguês, por ser uma força capacitada a cumprir o programa do POR. Daqui se deduzia que todo intento de diferenciar-se do nacionalismo e, muito mais, de combatê-lo, de sequer tentar arrancar-lhe o controle das massas, constituía atitudes francamente contra-revolucionárias e pró-imperialistas.

Não houve uma linha política assim claramente exposta e escrita, mas se exteriorizou através da febril atividade dos nacionalistas que se encontravam abrigados dentro do POR. Alguns simplesmente se somaram às hostes movimentistas e os demais, os politizados, e com pretensões de teóricos, permaneceram algum tempo mais dentro do partido, até o momento em que se precipitou uma de suas crises internas de maior transcendência. Que saudável teria sido se tivesse extirpado os nacionalistas antes de abril de 1952.

(Extraído do livro *Contribucion A La Historia Politica de Bolivia*, volume II, pag. 231 a 234)

* Título dado por nós

A urgência em por em pé a IV Internacional

A revolução proletária vitoriosa capaz de se projetar até o comunismo deve ser sem sombra de dúvida internacional. Em último termo, se trata da consequência do caráter mundial do capitalismo. O proletariado é uma classe internacional, acima de qualquer particularidade nacional, que tem uma só estratégia, que condiciona os métodos de luta.

O desenvolvimento desigual da evo-

lução da consciência de classe do proletariado nos diferentes países explica a existência das seções nacionais da IV Internacional, e a existência desta potencia a evolução política e a luta diária dos partidos nacionais.

Na Bolívia, atravessamos uma situação política excepcional, a radicalização da luta de classes coloca a possibilidade da revolução proletária boliviana.

Sem dúvida, o isolamento do trotskismo boliviano da internacional, que virtualmente não está em marcha, debilita nossa luta e nossas perspectivas. A resposta: constitui uma tarefa prioritária colocar em pé uma poderosa Quarta Internacional.

(extraído do "Masas" boliviano n.º 1687, de 22/10/99)

Eleições no Uruguai e Argentina

Ascensão da "esquerda" na América Latina

As eleições no Uruguai e Argentina deram vitória à oposição. Há pouco tempo, venceu na Venezuela com Chavez, que saudou a vitória como início de uma "revolução democrática". Agora, o candidato uruguaio Tabaré Vázquez, da Frente Ampla-Encontro Progressista, assim que venceu o primeiro turno também lançou seu slogan: "revolução cautelosa".

Eis o conteúdo expresso pela declaração de Tabaré: *"O povo superou o medo de fantasmas do passado, como o comunismo, uma terminologia do século 20 que não queremos passar para o próximo"* (Folha, 2/11) A terminologia que Tabaré quer passar para o próximo século é a do capitalismo putrefato. Não há nenhuma outra para se opor ao comunismo, conceito que expressa historicamente a sociedade sem classe, sem exploradores e explorados.

Como se vê, a tal da ascensão da "esquerda" não passa de uma variante da política burguesa. Os opositores, que criticam este ou aquele ponto da política pró-imperialista dos partidos oficialistas, constituem uma alternativa para manter as massas sobre a influência da burguesia.

Os explorados estão cheios dos brancos e colorados, velhos partidos da burguesia uruguaia, e se deslocam por detrás da "esquerda" pequeno-burguesa pró-capitalista, que lhes promete melhorar suas condições de vida. A ausência do Partido Revolucionário

facilita a sustentação das ilusões democráticas dos trabalhadores.

Argentina

A vitória do candidato Fernando de la Rúa representa a volta da União Cívica Radical (UCR) ao poder. A rigor a UCR sempre esteve no poder, colaborando com o Partido Justicialista de Menem. Esse partido expressa uma das alas da burguesia oligárquica. A novidade está na aliança da UCR com a Frente País Solidário (Frepaso), dirigida por Carlos Chacho Álvares.

A Frepaso, considerada de esquerda, nada mais é do que um amontoado de peronistas desgarrados do Partido Justicialista, de social-democratas e ex-foquistas. A aliança com a UCR acaba por obscurecer frente às massas o papel do partido direitista, em cuja história encontra-se o apoio à sangrenta ditadura militar.

A derrota do candidato peronista Eduardo Duhalde indica a desilusão das massas exploradas com o justicialismo, que de nacionalista se tornou o mais pró-imperialista de toda a história da Argentina, sob o governo de Menem.

Os jornais burgueses insistiram no fato das eleições não empolgarem os assalariados. Ocorre que estes viveram suas ilusões democráticas com o menemismo que aplicou uma política tão antinacional e antipopular, que desintegrou parte da economia, ampliou a penetra-

ção do capital imperialista e produziu o desemprego em grande escala.

A crise social é profunda, num país semicolonial em que no passado não muito distante ostentou, na América Latina, índices sociais muito acima da média latinoamericana. Referindo-se ao desemprego de 1,9 milhão de argentinos, o jornal *O Estado de S. Paulo* revela:

"Eles são parte dos 1,9 milhão de desempregados ou dos 1,6 milhão de subempregados argentinos, que juntos equivalem a 30% da população economicamente ativa (PEA) do país. Entre os 70% restantes - ou 10,2 milhões que estão empregados - 38% estão no chamado emprego em negro, sem registro legal e sem os benefícios daí decorrentes" (...) "Dados da entidade mostram que 70% dos desocupados não têm escola secundária e 80% nunca fizeram um curso de capacitação".

O governo Menem deixa o país submetido ao dólar, uma altíssima dívida pública e uma indústria amplamente desnacionalizada. A submissão semicolonial ao imperialismo norte-americano chegou ao ponto do governo Menem ter proposto a eliminação da moeda nacional e dolarizar completamente a economia. A aliança da UCR com a Frepaso não reverterá as consequências da política pró-imperialista do peronismo. Tudo indica que dará continuidade à submissão pró-imperialista, que implica mais desemprego e mais miséria entre os argentinos.